

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Cinco de Março Class.: 245

Data 25-31 de dezembro de 1978 Pg.: _____

Cinco de Março 25-31/12/78

Os índios não querem emancipação e exigem demarcação de suas terras

O Palácio do Planalto recebeu no dia 19 último uma visita pouco comum: 23 representantes das diversas tribos indígenas do país ali estiveram para entregar ao presidente Geisel um documento em que protestam contra o projeto de emancipação do índio, em estudos pelo governo. Apesar de terem sido impedidos até mesmo de atravessarem a rua — os agentes de segurança mantiveram-nos do outro lado, frente ao Palácio —, os chefes indígenas entregaram ao assessor-adjunto de Imprensa da Presidência, Marco Antônio Kraemer, o documento “que contém o parecer do índio, o único indivíduo que não foi convidado a dar o seu parecer a respeito da emancipação que vai atingi-lo”.

Antes, porém, houve uma assembléia de chefes indígenas em Goiás Velho, antiga capital do Estado, ocasião em que, além de criticarem o projeto de emancipação, os silvícolas exigiram a demarcação de suas terras. No domingo e segunda-feira (dias 18 e 19 últimos), os chefes indígenas discutiram, em assembléia, o problema da demarcação das terras, observando que no dia seguinte, quando entregariam o documento ao presidente, esgotaria o prazo de cinco anos previsto pelo Estatuto do Índio para que fosse concluída a demarcação de todas as áreas indígenas.

A REUNIÃO DE GOIÁS

Durante todo o domingo e a segunda-feira, os chefes estiveram reunidos em assembléia em Goiás, cujo bispo, Dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, colocou à disposição dos índios o Centro de Treinamento da Diocese. Aniceto Tsudzawere, chefe da aldeia xavante de São Marcos, e Daniel Matenho, párci da aldeia de Rio Verde, ambas de Mato Grosso, encontraram-se em Goiás com líderes das tribos taripé e rikbaktsa, também mato-grossense do norte; kaiowa, do Mato Grosso do Sul; karibuna, do Amapá; guarani, do Espírito Santo; kaingang, de Nonoai (RS), e xanxere (SC).

A imprensa não teve acesso ao salão onde se realizou a assembléia que, segundo Dom Tomás, foi exclusivamente de índios; apenas dois não-índios assistiram às sessões para gravar a palavra indígena e fazer as anotações escritas necessárias. Dom Tomás disse que o Conselho Indigenista Missionário “decidiu estender a mão ao índio para que ele fizesse a sua reunião, se quisesse e como quisesse, por três motivos básicos: primeiro, porque neste quinto aniversário do Estatuto do Índio, quando se constata que nem a terça parte da

área dos índios foi demarcada, a presença destes caciques é importante para despertar a consciência nacional e dos governantes e legisladores. Os índios vêm reclamando de terem sido sempre marginalizados das discussões sobre eles, tomando-se vítimas das decisões que se tomam por eles, às vezes com boas intenções”.

OPINIÃO PÚBLICA CONTRA

“Em segundo lugar — acrescentou Dom Tomás — há a questão da emancipação. A opinião pública se mobilizou contra esse decreto e houve mesmo a presença de índios em atos públicos, como o de São Paulo. Mas era necessário que houvesse essa reunião específica deles para que todos pudéssemos ouvir seu ponto de vista sobre esse projeto”. O presidente do Cimi disse ainda que a celebração do ano dos mártires indígenas foi o terceiro motivo para justificar a assembléia: os missionários celebraram este ano, nas ruínas de São Miguel, no final de novembro. “Mas era bom que o índio assumisse a sua causa”, salientou Dom Tomás.

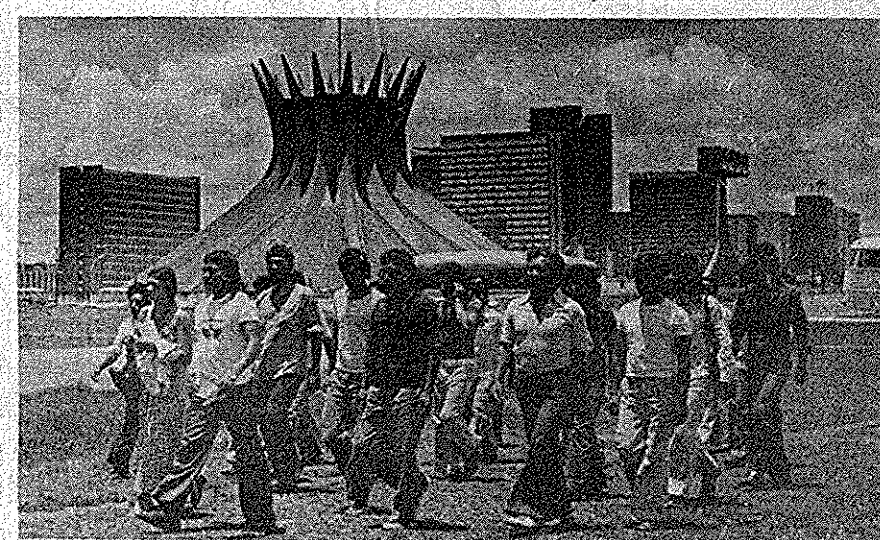
A VISITA AO PLANALTO

Os chefes indígenas chegaram ao Palácio do Planalto às 12 horas do dia

19, numa comissão cujo total era de 23 pessoas. Eles foram impedidos de terem acesso ao palácio pelo serviço de segurança do presidente, que escolheu apenas um deles — Aniceto Tsudzawere, cacique xavante — para falar com um assessor presidencial. Aniceto ficou meia hora no saguão do palácio, esperando ser atendido. Quando chegou o assessor-adjunto de Imprensa, Marco Antônio Kraemer, para receber o documento, ele relutou em entregá-lo. Quis saber quem era o funcionário e sua função no palácio e insistiu em falar com o próprio presidente. Em vão Kraemer tentava explicar que isso era impossível, porque se tem de solicitar audiência com antecedência. “Para índio não tem nada disso, não” protestava Aniceto. “Índio chega, fala com o presidente e resolve tudo na hora”.

Quando viu que não havia outro recurso, o cacique xavante acedeu em entregar o documento, mas o fez com uma quase advertência: “Mas o sr. vai mesmo entregar o documento ao presidente? Ele vai ler? A tarde eu volto aqui para receber a resposta”. O funcionário disse que o documento seria encaminhado ao presidente e que a resposta seria dada pelo órgão competente, quer dizer, a Funai.

Aniceto, visivelmente contrariado, mas sem alterar a voz, foi juntar-se aos companheiros. Mas ainda desabafou: “Na minha comunidade não é assim. Quando querem falar com o chefe não tem nada disso”. Depois, queixou-se que o índio está vivendo isolado, “não tem liberdade, mesmo sendo o dono do Brasil”. Disse que “gente rica continua entrando nas terras dos índios, com aviões, bois, cavalos... invadindo tudo”.



Os índios não puderam nem atravessar a rua que dá acesso ao Palácio do Planalto



O cacique xavante Aniceto, depois de muita relutância, entregou o documento a um assessor do presidente, a quem fez uma advertência